

Alerta Legislação nº 3, de 14 a 19 jan. 2019

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

DECRETO Nº 9.685, DE 15 DE JANEIRO DE 2019

Altera o [Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004](#), que regulamenta a [Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003](#), que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes.

Poder Judiciário

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 512, DE 11 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre o pagamento do auxílio-moradia aos membros da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

Governo do Estado de São Paulo

LEI Nº 16.927, DE 16 DE JANEIRO DE 2019

(Projeto de lei nº 215, de 2018, do Deputado Wellington Moura – PRB)
Proíbe o consumo de bebidas alcoólicas nas dependências dos postos de combustíveis do Estado

LEI Nº 16.926, DE 16 DE JANEIRO DE 2019

(Projeto de lei nº 499, de 2016, do Deputado Rodrigo Moraes – DEM)
Institui a "Campanha Estadual Maria da Penha" e dá outras providências

LEI Nº 16.925, DE 16 DE JANEIRO DE 2019

(Projeto de lei nº 184, de 2011, dos Deputados Célia Leão – PSDB e Orlando Bolçone – PSB)
Veda qualquer discriminação à criança e ao adolescente portador de deficiência ou doença crônica nos estabelecimentos de ensino, creches ou similares, em instituições públicas ou privadas

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
16/01/2019	<u>LEI Nº 13.808, DE 15 DE JANEIRO DE 2019</u> (*) Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019.
15/01/2019 Edição Extra	<u>DECRETO Nº 9.685, DE 15 DE JANEIRO DE 2019</u> Altera o <u>Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004</u>, que regulamenta a <u>Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003</u>, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Poder Executivo	<u>DECRETO DE 17 DE JANEIRO DE 2019</u> O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, resolve ADMITIR, na Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Grã-Cruz, BENJAMIN NETANYAHU, Primeiro-Ministro do Estado de Israel.
Ministério da Economia	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 9, DE 15 DE JANEIRO DE 2019</u> Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social - RPS. BANCO CENTRAL DO BRASIL → Área de Política Monetária → Departamento de Operações do Mercado Aberto <u>CARTA CIRCULAR Nº 3.928, DE 14 DE JANEIRO DE 2019</u> Divulga relação dos tipos de cliente no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). COMITÊ GESTOR DO ESOCIAL <u>RESOLUÇÃO Nº 21, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Aprova a versão 2.5.01 do Manual de Orientação do eSocial. SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS → Departamento de Registro Empresarial e Integração <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 54, DE 17 DE JANEIRO DE 2019</u> Altera o Manual de Registro de Sociedade Limitada, aprovado pela Instrução Normativa DREI nº 38, de 2017.

Ministério de Minas e Energia	AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP <u>RESOLUÇÃO Nº 768, DE 17 DE JANEIRO DE 2019</u> Altera a Resolução ANP nº 24, de 6 de setembro de 2006, que estabelece os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de distribuição de solventes. <u>RESOLUÇÃO Nº 767, DE 17 DE JANEIRO DE 2019</u> Estabelece os preços de referência do gás natural produzido no mês de dezembro de 2018. <u>RESOLUÇÃO Nº 766, DE 17 DE JANEIRO DE 2019</u> Estabelece os preços de referência dos petróleos produzidos no mês de dezembro de 2018.
Ministério da Saúde	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 28, DE 10 DE JANEIRO DE 2019</u> Restabelece a transferência de recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde, aos municípios que regularizaram a alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (CNSS) <u>RESOLUÇÃO Nº 600, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018</u> (...) Aprovar o posicionamento brasileiro para a <i>Glob I Conference on Primary Health Care</i>, Astana, 2018, anexo a esta resolução. (...) SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS) <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 4, DE 10 DE JANEIRO DE 2019</u> Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Imunossupressão no Transplante Hepático em Pediatria. <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 3, DE 7 DE JANEIRO DE 2019</u> Aprova as Diretrizes Brasileiras para Utilização de Endoprótese em Aorta Torácica Descendente. <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 7 DE JANEIRO DE 2019</u> Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Acromegalia. <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2019</u> Aprova as Diretrizes Diagnósticas e Terapêuticas de Neoplasia Maligna Epitelial de Ovário.
Poder Judiciário	CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL <u>RESOLUÇÃO Nº 512, DE 11 DE JANEIRO DE 2019</u> Dispõe sobre o pagamento do auxílio-moradia aos membros da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) <u>RESOLUÇÃO 2.216, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre as atividades, no Brasil, do cidadão estrangeiro e do cidadão brasileiro formados em medicina por faculdade no exterior, bem como as suas participações em cursos de formação, especialização e pós-graduação no território brasileiro. CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO <u>DELIBERAÇÃO Nº 32, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre a exigência de assistência farmacêutica integral, abrangendo os horários de intervalo dos demais farmacêuticos.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
17/01/2019	<u>LEI Nº 16.928, DE 16 DE JANEIRO DE 2019</u> (Projeto de lei nº 1012 de 2017, dos Deputados Itamar Borges – PMDB, Davi Zaia – PPS, Reinaldo Alguz – PV, Coronel Camilo – PSD, Clélia Gomes – PHS, Vaz de Lima – PSDB, Campos Machado – PTB, Célia Leão – PSDB, José Américo – PT, Hélio Nishimoto – PSDB, Pedro Tobias – PSDB, Roberto Moraes – PPS, Rogério Nogueira – DEM, Enio Tatto – PT, Luiz Carlos Gondim – SD, Fernando Capez – PSDB, Gileno Gomes – PSL, Marco Vinholi – PSDB, Delegado Olim – PP, Edson Giriboni – PV, Junior Aprillanti – PSB, Cássio Navarro – PMDB, Marcia Lia – PT, e Alencar Santana Braga – PT.) Dispõe sobre o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado às microempresas e às empresas de pequeno porte, nas contratações realizadas no âmbito da Administração Estadual, e dá providências correlatas <u>LEI Nº 16.927, DE 16 DE JANEIRO DE 2019</u> (Projeto de lei nº 215, de 2018, do Deputado Wellington Moura – PRB) Proíbe o consumo de bebidas alcoólicas nas dependências dos postos de combustíveis do Estado <u>LEI Nº 16.926, DE 16 DE JANEIRO DE 2019</u> (Projeto de lei nº 499, de 2016, do Deputado Rodrigo Moraes – DEM) Institui a "Campanha Estadual Maria da Penha" e dá outras providências <u>LEI Nº 16.925, DE 16 DE JANEIRO DE 2019</u> (Projeto de lei nº 184, de 2011, dos Deputados Célia Leão – PSDB e Orlando Bolçone – PSB) Veda qualquer discriminação à criança e ao adolescente portador de deficiência ou doença crônica nos estabelecimentos de ensino, creches ou similares, em instituições públicas ou privadas

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 1012, DE 2017

São Paulo, 16 de janeiro de 2019

(...)

De iniciativa parlamentar, a propositura dispõe sobre o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado às microempresas e às empresas de pequeno porte nas contratações realizadas pela Administração Pública estadual, revogando a [Lei nº 13.122, de 7 de julho de 2008](#).

(...)

[DOE, Seção I, 17/01/2019, p. 6](#)

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 215, DE 2018

São Paulo, 16 de janeiro de 2019

(...)

De iniciativa parlamentar, a propositura proíbe o consumo de bebidas alcoólicas nas dependências dos postos de combustíveis do Estado, exceto no interior das lojas de conveniências e restaurantes, bem como em áreas restritas e delimitadas que não se confundam com a pista de abastecimento de veículos automotores (artigo 1º).

(...)

[DOE, Seção I, 17/01/2019, p. 6](#)

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 184, DE 2011

São Paulo, 16 de janeiro de 2019

(...)

De iniciativa parlamentar, a propositura proíbe a discriminação à criança e ao adolescente portador de deficiência ou qualquer doença crônica nos estabelecimentos de ensino, creches ou similares, em instituições públicas ou privadas (artigo 1º)

(...)

[DOE, Seção I, 17/01/2019, p. 6](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 684, DE 2018

São Paulo, 16 de janeiro de 2019

(...)

De iniciativa parlamentar, a propositura, sob a justificativa de regulamentar o direito do consumidor à informação, determina a exibição em gôndola e em documentos fiscais, de expressões que indiquem que o produto comercializado é de origem animal; contém, em sua composição, elemento de origem animal; ou foi elaborado por processo que se utilize de animais (artigos 1º, 2º e 3º).

(...)

[DOE, Seção I, 17/01/2019, p. 6](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 627, DE 2018

São Paulo, 16 de janeiro de 2019

(...)

De iniciativa parlamentar, o projeto dispõe sobre os critérios para aferição de renda do proponente de financiamento habitacional, a ser considerada pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU, a fim de determinar o subsídio a ser concedido pelo Poder Público.

(...)

[DOE, Seção I, 17/01/2019, p. 6](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 465, DE 2018

São Paulo, 16 de janeiro de 2019

(...)

De iniciativa parlamentar, a propositura autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho de Segurança do Metrô de São Paulo – CONSEG – Metrô, cuja formação deverá contar com a participação obrigatória de: I – usuários do metrô; II – membros da Polícia Militar; III – membros da Polícia Civil; IV – membros da Companhia do Metropolitano de São Paulo (artigo 1º).

(...)

[DOE, Seção I, 17/01/2019, p. 5](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 232, DE 2018

São Paulo, 16 de janeiro de 2019

(...)

De iniciativa parlamentar, o projeto de lei veicula diretrizes para a prestação de auxílio, proteção e assistência a policiais e servidores públicos vítimas de violência, vinculados às Secretarias de Segurança Pública e de Administração Penitenciária.

(...)

[DOE, Seção I, 17/01/2019, p. 5](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 231, DE 2018

São Paulo, 16 de janeiro de 2019

(...)

De origem parlamentar, a proposta dispõe sobre o consentimento informado e instruções prévias de vontade sobre tratamento de enfermidade em fase terminal de vida.

(...)

[DOE, Seção I, 17/01/2019, p. 5](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 37, DE 2018

São Paulo, 16 de janeiro de 2019

(...)

De iniciativa parlamentar, a propositura autoriza a inclusão do curso de idioma mandarim, na grade extracurricular do ensino médio da rede pública estadual.

(...)

[DOE, Seção I, 17/01/2019, p. 5](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 857, DE 2017

São Paulo, 16 de janeiro de 2019

(...)

De iniciativa parlamentar, a medida autoriza a implantação de programa para distribuição gratuita de leite, sem lactose, às crianças portadoras de intolerância à substância (artigo1º).

(...)

[DOE, Seção I, 17/01/2019, p. 5](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 53, DE 2017

São Paulo, 16 de janeiro de 2019

(...)

De origem parlamentar, a propositura proíbe a cobrança de taxas de adesão, mensalidades ou similares, pela utilização de dispositivos eletrônicos – TAGs, para pagamento de tarifas de pedágio, nas rodovias estaduais.

(...)

[DOE, Seção I, 17/01/2019, p. 4](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 32, DE 2017

São Paulo, 16 de janeiro de 2019

(...)

De origem parlamentar, a proposição fixa o dia 1º de setembro do ano anterior àquele em que será utilizado, para as instituições privadas de ensino divulgarem a lista de material didático-pedagógico de uso individual do aluno, que poderá ser disponibilizada pela rede mundial de computadores – internet, estabelecendo que seu infrator estará sujeito às sanções previstas no artigo 56 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

(...)

[DOE, Seção I, 17/01/2019, p. 4](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 886, DE 2016

São Paulo, 16 de janeiro de 2019

(...)

De origem parlamentar, a proposta objetiva instituir a Política de Atendimento à Gestante

(...)

[DOE, Seção I, 17/01/2019, p. 4](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 573, DE 2016

São Paulo, 16 de janeiro de 2019

(...)

De origem parlamentar, a proposição estabelece cota mínima de 7% (sete por cento) para mulheres, vítimas de violência doméstica, como critério de prioridade para reserva de unidades de moradias, nos Programas de Habitação de Interesse Social.

(...)

[DOE, Seção I, 17/01/2019, p. 4](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 82, DE 2016

São Paulo, 16 de janeiro de 2019

(...)

De iniciativa parlamentar, a medida autoriza a criação, no território estadual, de Distritos Turísticos Regionais – áreas reservadas pelo Poder Público para o desenvolvimento exclusivo dessa atividade econômica, e cuja definição deverá se apoiar em estudos técnicos. Também veda, nas áreas limítrofes desses Distritos, determinadas atividades (artigos 1º 2º e 3º).

(...)

[DOE, Seção I, 17/01/2019, p. 4](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1303, DE 2015

São Paulo, 16 de janeiro de 2019

(...)

De origem parlamentar, a proposição estabelece a obrigatoriedade de realização, por hospitais, maternidades e demais estabelecimentos de atenção à saúde da rede pública estadual, do teste de triagem neonatal, na modalidade ampliada, em espectrometria de massas em tandem, com o propósito de tornar possível o diagnóstico precoce, tratamento e acompanhamento das seguintes moléstias: I – aminoacidopatias; II – distúrbios dos ácidos orgânicos; III – distúrbios da betaoxidação dos ácidos graxos; IV – distúrbios do ciclo da ureia; V – galactosemia: galactosemia (GAL) e galactose-1-fosfato (GAL-1-P); VI – deficiência de glicose-6-fosfato-desidrogenase (G6PD). VI – deficiência de glicose-6-fosfato-desidrogenase (G6PD).

(...)

	DOE, Seção I, 17/01/2019, p. 3 VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1257, DE 2014 São Paulo, 16 de janeiro de 2019 (...) De origem parlamentar, a propositura objetiva instituir o Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Tortura e o Mecanismo de Prevenção e Enfrentamento à Tortura no Estado de São Paulo, vinculados administrativamente à Assembleia Legislativa, com a finalidade de erradicar e prevenir a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes. (...) DOE, Seção I, 17/01/2019, p. 3 VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 239, DE 2013 São Paulo, 16 de janeiro de 2019 (...) De iniciativa parlamentar, a medida cria o “Programa Criança e Adolescente Recomeço”, para proporcionar aos internos da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA – cursos de ensino médio profissionalizante (artigo 1º). (...) DOE, Seção I, 17/01/2019, p. 1 VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 358, DE 2012 São Paulo, 16 de janeiro de 2019 (...) De iniciativa parlamentar, a propositura autoriza o Poder Executivo a instituir a Equoterapia como método terapêutico de habilitação e reabilitação de pessoas com necessidades especiais, na rede pública de saúde, e política de educação inclusiva no ensino e aprendizagem, na rede pública de educação (...) DOE, Seção I, 17/01/2019, p. 1
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Casa Civil (CC)	SUBSECRETARIA DE COMUNICAÇÃO <u>PORTARIA UNICOM 03, DE 16-1-2019</u> Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para estudo, revisão e possíveis alterações dos objetivos e atribuições do SICOM – SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, definidos no Decreto 52.040 de 07-08-2007, bem como suas alterações posteriores, incluindo-se os Decretos 64.059 e 64.061 de 01-01-2019 <u>PORTARIA UNICOM 02, DE 15-1-2019</u> Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para estudo e desenvolvimento de possíveis contratações independentes de serviços tidos como atividades complementares dos serviços de publicidade, conforme previsão do artigo 2º, §1º da Lei 12.232/2010, a serem eventualmente disseminadas para todo o SICOM – SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, em respeito ao estabelecido no Dec. 64.061 de 01-01-2019

Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 1, DE 17-1-2019</u> Dispõe sobre a Prioridade de Atendimento aos Alunos, por docentes designados e atuando em programas/projetos da pasta, nas unidades escolares da rede estadual de ensino e dá providências correlatas
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE 2, DE 17-1-2019</u> Dispõe sobre a criação do Núcleo Estratégico de Pessoal e Previdenciário - NESP, no âmbito da Subprocuradoria Geral do Contencioso Geral
Transportes Metropolitanos (STM)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO STM-21, DE 17-1-2019</u> Aprova o reajuste tarifário das integrações do Sistema de Ônibus da Região Metropolitana de Sorocaba <u>RESOLUÇÃO STM-20, DE 17-1-2019</u> Aprova o reajuste tarifário das integrações do Sistema de Ônibus Região Metropolitana da Baixada Santista <u>RESOLUÇÃO STM-19, DE 17-1-2019</u> Aprova o reajuste tarifário das integrações do Sistema de Ônibus da Região Metropolitana de São Paulo <u>RESOLUÇÃO STM-18, DE 17-1-2019</u> Aprova o reajuste dos valores mensais cobrados, por tipo de tecnologia, dos veículos cadastrados na EMTU/SP, a título de gerenciamento – Região Metropolitana de Sorocaba <u>RESOLUÇÃO STM-17, DE 17-1-2019</u> Aprova o reajuste dos valores mensais cobrados, por tipo de tecnologia, dos veículos cadastrados na EMTU/SP, a título de gerenciamento das Regiões Metropolitanas de São Paulo - Sub-Região Sudeste e Vale do Paraíba e Litoral Norte <u>RESOLUÇÃO STM-16, DE 17-1-2019</u> Aprova o reajuste dos valores mensais cobrados, por tipo de tecnologia, dos veículos cadastrados na EMTU/SP, a título de gerenciamento – do Sistema ORCA – Operadores Regionais de Coletivos Autônomos e dos integrantes da Reserva Técnica Operacional do Poder Concedente <u>RESOLUÇÃO STM-15, DE 17-1-2019</u> Aprova o reajuste tarifário do Sistema Coletivo de Ônibus da Região Metropolitana de Sorocaba (Serviços Comum e Seletivo) <u>RESOLUÇÃO STM-14, DE 17-1-2019</u> Aprova o reajuste tarifário do Sistema Coletivo de Ônibus da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (Serviços Comum e Seletivo)

RESOLUÇÃO STM-13, DE 17-1-2019

Aprova o reajuste tarifário do Sistema Coletivo de Ônibus da Região Metropolitana da Baixada Santista (Serviços Comum e Seletivo)

RESOLUÇÃO STM-12, DE 17-1-2019

Aprova o reajuste tarifário do Corredor Metropolitano de Trólebus São Mateus/Jabaquara

RESOLUÇÃO STM-11, DE 17-1-2019

Aprova o reajuste do valor da taxa de embarque para as linhas metropolitanas que utilizam o Terminal Carvalho Pinto (Tietê)

RESOLUÇÃO STM-10, DE 17-01-2019

Aprova o reajuste tarifário da integração física e tarifária envolvendo atendimentos metropolitanos do Serviço de Transporte Coletivo Intermunicipal da Região Metropolitana de São Paulo – Área 5 – Região Sudeste, gerenciado pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A – EMTU/SP, com o Sistema Metroferroviário

RESOLUÇÃO STM-9, DE 17-1-2019

Aprova o reajuste tarifário da integração física e tarifária envolvendo atendimentos metropolitanos do Serviço de Transporte Coletivo Intermunicipal da Região Metropolitana de São Paulo, gerenciado pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A – EMTU/SP, com linhas municipais de São Paulo, gerenciadas pela São Paulo Transporte S/A – SPTrans, no Terminal Sacomã

RESOLUÇÃO STM-08, DE 17-1-2019

Aprova o reajuste tarifário da integração física e tarifária envolvendo atendimentos metropolitanos do Serviço de Transporte Coletivo Intermunicipal da Região Metropolitana de São Paulo, gerenciado pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A – EMTU/SP, com linhas municipais de São Paulo, gerenciadas pela São Paulo Transporte S/A – SPTrans, no Terminal de Ônibus Urbano Grajaú

RESOLUÇÃO STM-7, DE 17-1-2019

Aprova o reajuste tarifário das Linhas Seletivas Especiais Expressas e Linhas Intermunicipais Comuns – (Serviço Aeroporto)

RESOLUÇÃO STM 06, DE 17-1-2019

Aprova o reajuste das tarifas relativas à Integração física e tarifária da Linha 5 Lilás e atendimentos metropolitanos, em Capão Redondo e Campo Limpo

RESOLUÇÃO STM 05, DE 17-1-2019

Aprova o reajuste tarifário do Sistema Coletivo de Ônibus da Região Metropolitana de São Paulo (Serviços Comum e Seletivo) – Zona de Operação

RESOLUÇÃO STM 04, DE 17-1-2019

Aprova o reajuste tarifário do Serviço de Transporte Coletivo Intermunicipal da Região Metropolitana de São Paulo (Serviços Comum e Seletivo) – sub-região Sudeste

RESOLUÇÃO STM 03, DE 17-1-2019

	Aprova o reajuste tarifário relativo aos Serviços de Transporte Coletivo Intermunicipal da Região Metropolitana de São Paulo (Serviços Comum e Seletivo)
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP-3, DE 14-1-2019</u> Aprova o Regulamento do Programa de Pós-graduação em Física, Cursos de Mestrado e de Doutorado Acadêmicos do Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
17/01/2019	TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, à vista do disposto no inciso III do artigo 30 da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, TORNA PÚBLICO o relatório anual de atividades - exercício de 2018 do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, criado pelo Ato GP nº 06/2012, nos termos da Resolução nº 04/2012 c.c. Resolução nº 03/2015: (...) DOE, Legislativo, 17/01/2019, p. 8
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
18/01/2019	<u>DECRETO Nº 58.605, DE 17 DE JANEIRO DE 2019</u> Regulamenta o sistema de estacionamento rotativo pago no Município de São Paulo e dá outras providências
16/01/2019	<u>DECRETO Nº 58.601, DE 15 DE JANEIRO DE 2019</u> Institui Grupo de Trabalho Intersecretarial com o objetivo de adotar medidas prévias necessárias à implantação gradativa do Parque Minhocão, nos termos da Lei nº 16.833, de 7 de fevereiro de 2018.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço:http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107